REUNI
ATENAS
Revista de Extensão Universitária
Atenas Sete Lagoas

A remição de pena pelo estudo: beneficios e perspectivas para a reintegração social dos detentos

Adriana da Silveira Mello Ribeiro, César Arthur de Castro Lima, Clarisse Campos Nogueira, Elizabet Sabina Santos Fraga, Evelyn Nicolly Ferreira Ribeiro, Jeremias Pereira de Souza, Marlon Rodrigues da Silva, Maria Luiza da Silva[1]

Bianca Caroline Bento Menezes[2]

[1]Acadêmico do curso de Medicina
[2] Orientadora dos Projetos de Extensão
Endereço para contato: bianca.professor.setelagoas@uniatenas.edu.br

RESUMO

O sistema prisional enfrenta desafios como superlotação e altas taxas de reincidência, sendo a educação uma solução promissora para a ressocialização dos detentos e a redução da criminalidade. Este projeto de extensão focou na redução de pena pelo estudo, destacando seu impacto positivo na vida dos presos e na segurança pública, e materializou-se na execução de ação social em benefício de pessoas que cumprem pena privativa de liberdade no município de Sete Lagoas-MG. Com o objetivo de informar os detentos do Presídio Promotor José Costa sobre os benefícios educacionais e a remissão de pena, o projeto propôs estudos sobre o direito à educação e remissão de pena pelo estudo, além de promover a arrecadação de livros para o presídio. O presente trabalho justifica-se pela necessidade de um sistema prisional mais justo, considerando que a educação reduz a criminalidade e facilita a reintegração social, respeitando os direitos humanos e contribuindo para comunidades mais seguras. Além disso, o projeto proporcionou a integração entre acadêmicos de direitos e pessoas que cumprem pena no sistema prisional, promovendo valores relacionados à cidadania e justiça social. Ao final do trabalho, foi possível concluir que a remissão por meio da educação é de suma importância para a sociedade como um todo e deve receber maior apoio governamental.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; sistema carcerário; remição de pena; direito à educação.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional enfrenta desafios significativos em todo o país, incluindo superlotação, as altas taxas de reincidência e a dificuldades na reintegração dos detentos à sociedade. Nesse contexto, a educação surge como uma ferramenta poderosa para promover a ressocialização e reduzir a criminalidade. Este trabalho explorou a redução de pena pelo estudo como uma estratégia eficaz para enfrentar esses problemas.

Atualmente, segundo o levantamento feito pela Secretaria Nacional de Políticas Penais no primeiro semestre de 2023, a população carcerária do Brasil consiste em 834.874 custodiados sendo que destes somente 154.531 são participantes da remição de pena pela educação ou pelo trabalho. Considerando o âmbito regional, o Presídio Promotor José Costa localizado no município de Sete Lagoas - MG tem atualmente 622 custodiados, sendo que deste número somente 156 são

participantes da remição de pena seja por meio do trabalho ou da educação. Além disso, o presídio Promotor José Costa atua com o dobro de sua capacidade, que é para apenas 307 custodiados.

De acordo com Ingo Wolfgang Sarlet (2001, p. 60), a dignidade da pessoa humana é definida como a qualidade intrínseca e distintiva que faz com que cada ser humano mereça respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade. Esse conceito envolve um conjunto de direitos e deveres fundamentais que protegem a pessoa contra atos degradantes e desumanos, garantem condições mínimas para uma vida saudável e promovem a participação ativa e corresponsável na própria existência e na vida em sociedade.

Todavia, apesar do direito à dignidade humana ser inerente a qualquer ser humano, há um enorme desafio em conseguir promover a reinserção social dos detentos, para que assim possam ter as condições existenciais mínimas para uma vida saudável e ativa na sociedade. Ainda neste viés, é possível dizer que atualmente a sociedade ainda possui um enorme preconceito com aqueles que já cumpriram a sua pena e assim terminaram a sua dívida com a sociedade.

Cleber Masson (2020) explica que a remição da pena é um benefício concedido pela Lei de Execução Penal, permitindo a redução de um dia de pena para cada doze horas de frequência escolar em atividades de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior, conforme estabelecido no artigo 129 da Lei 7.210 (Lei de Execução Penal). Cleber Masson (2020) também destaca que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a possibilidade de remição da pena pela aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mesmo que o apenado já tenha concluído o ensino médio antes de iniciar o cumprimento da pena, com um acréscimo de um terço, conforme o artigo 126, §5º da LEP.

Diante desse contexto, este trabalho consistiu em elaboração e execução de ação de extensão acadêmica. O ponto de partida foi investigar a viabilidade e os benefícios da remição de pena pelo estudo no sistema prisional brasileiro, destacando sua importância na ressocialização dos apenados e na redução da criminalidade recorrente. Ao proporcionar acesso à educação no ambiente prisional, a remição de pena pelo estudo não apenas oferece uma oportunidade de aprendizado e desenvolvimento pessoal, mas também promove a reintegração dos indivíduos à sociedade de forma produtiva. Além disso, alinha-se aos princípios dos direitos humanos ao reconhecer a educação como um direito fundamental, fortalecendo a dignidade e a autonomia dos encarcerados.

A educação dentro das prisões não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também uma abordagem pragmática para melhorar a vida dos detentos e, consequentemente, a segurança pública. Ao oferecer oportunidades educacionais, podemos ajudar os reclusos a desenvolver habilidades, elevar sua autoestima e prepará-los para uma reintegração bem-sucedida após a liberação.

O projeto de extensão acadêmica buscou entender como a educação pode impactar positivamente a vida dos detentos e executar ação social que permita levar esse conhecimento às pessoas que cumprem pena no Presídio Promotor José Costa. Nesse sentido, o objetivo geral do projeto foi ofertar conhecimento aos detentos do presídio Promotor José Costa, acerca da importância do direito e a remissão de pena pelos estudos. Para atingir o objetivo geral, foram propostos como objetivos

específicos realizar um estudo acerca do direito à educação enfatizando a importância da remissão de pena pelo estudo e seus benefícios; elaborar uma apresentação para os detentos do presídio com o tema da remissão pelo estudo e promover a arrecadação de livros para a biblioteca do presídio.

METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos traçados, a abordagem adotada neste projeto é descritiva e qualitativa, focada na coleta de dados estatísticos e bibliográficos e na observação do contexto onde ocorre a execução da ação. Optou-se por aplicar a ação no presídio Promotor José Costa em Sete Lagoas – MG, visando estimular o envolvimento da comunidade acadêmica com os problemas sociais e desafios da região. A abordagem metodológica envolve as seguintes etapas: (a) Revisão Bibliográfica: A primeira etapa consistiu em revisão de literatura sobre o direito à educação no sistema prisional e a remição de pena pelo estudo. A revisão inclui a doutrina e os legais que sustentam a importância da educação como um meio de reintegração social para os detentos. Entre os princípios norteadores do projeto estão a dignidade da pessoa humana e o direito à educação, conforme estabelecido na Constituição Federal do Brasil e na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). (b) Coleta de Dados Primários: A coleta de dados primários ocorreu por meio de uma visita técnica ao presídio de Sete Lagoas. Durante esta visita, foram realizadas observações e diálogos com profissionais da unidade prisional para entender as necessidades e desafios enfrentados pelos detentos em relação ao acesso à educação. Esse processo permitiu coletar informações diretas do ambiente prisional a fim de adequar as ações do projeto à materialidade do tema abordado. (c) Sintetização dos dados e planejamento das ações sociai: a partir dos dados coletados, foram planejadas três ações com o objetivo de contemplar as necessidades encontradas no contexto da aplicação da ação.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Foram executadas três ações sociais, projetadas a partir dos dados coletados: (a) Arrecadação de Livros: parte do grupo ficou responsável pela organização e execução da campanha de arrecadação de livros, a fim de fornecer ao presídio material de estudo e livros suficientes para projetos de remissão pela leitura. Um membro do grupo entrou em contato com bibliotecas, escolas e outras instituições para solicitar doações de livros. Outro membro ficou encarregado de recolher os livros doados. O critério adotado na arrecação recolher obras com o mesmo título, para leituras em grupo, e obras diversas com o objetivo foi aumentar a variedade e a quantidade de material de leitura disponível para os detentos, proporcionando-lhes uma oportunidade maior de engajamento com a leitura. (b) Desenvolvimento de Material Didático: Foram elaborados panfletos informativos sobre o direito à remição de pena pelo estudo, destacando seus benefícios e o processo para obtê-la, de acordo com o Artigo 126 da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). Esse material foi distribuído aos detentos durante as palestras e apresentações. Os panfletos foram claros e acessíveis, visando esclarecer dúvidas e motivar os detentos a participarem dos programas educacionais. (c)Palestras e

Apresentações: O grupo realizou palestras educativas para os detentos, utilizando os materiais desenvolvidos pelos acadêmicos. As palestras abordaram a importância da educação, os direitos relacionados à remição de pena pelo estudo e os passos necessários para se beneficiar deste direito. Devido à restrição ao uso de eletrônicos dentro do presídio, as apresentações foram realizadas em um quadro. Além disso, foram distribuídos bombons durante as palestras como um gesto de incentivo e acolhimento.

CONCLUSÃO

O projeto de promoção da remissão de pena pelo estudo no Presídio Promotor José Costa demonstrou resultados significativos e promissores, reforçando a importância da educação no sistema prisional. A arrecadação e doação de 1.456 livros, provenientes de 1.187 títulos distintos e escritos por 906 autores diferentes, evidenciam um avanço considerável na criação de um ambiente educacional mais robusto e diversificado para os detentos. A coleta de livros contou com a colaboração de quatro pontos de coleta: a Câmara Municipal de Sete Lagoas, a Biblioteca de Sete Lagoas, Biblioteca de Pedro Leopoldo e Biblioteca de Ribeirão das Neves.

A diversidade e quantidade de livros disponíveis são cruciais para o sucesso dos programas educacionais no presídio. Com a colaboração de diversos parceiros e instituições, foi possível ampliar o acervo literário, o que permitirá à pedagoga da unidade prisional atender a um maior número de detentos. Esta ampliação do acervo é um passo importante para garantir que mais presos possam se beneficiar da redução de pena pelo estudo, uma vez que o acesso a uma variedade de materiais educativos facilita o processo de aprendizado e engajamento com os programas oferecidos.

Além dos impactos diretos na redução de pena, o projeto contribui para um ambiente prisional mais positivo e educativo, potencializando a reintegração social dos detentos ao proporcionar-lhes ferramentas valiosas para a transformação pessoal e profissional. Os esforços realizados evidenciam a viabilidade e os benefícios da educação como um meio eficaz de ressocialização, reiterando a importância de continuar investindo em iniciativas semelhantes para promover um sistema prisional mais justo e eficaz.

Dessa forma, o projeto não só proporcionou uma significativa contribuição para a formação educacional dos detentos, mas também reforçou a necessidade contínua de apoio e recursos para garantir que a educação desempenhe um papel central na redução da criminalidade e na construção de comunidades mais seguras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 7 set. 2024.

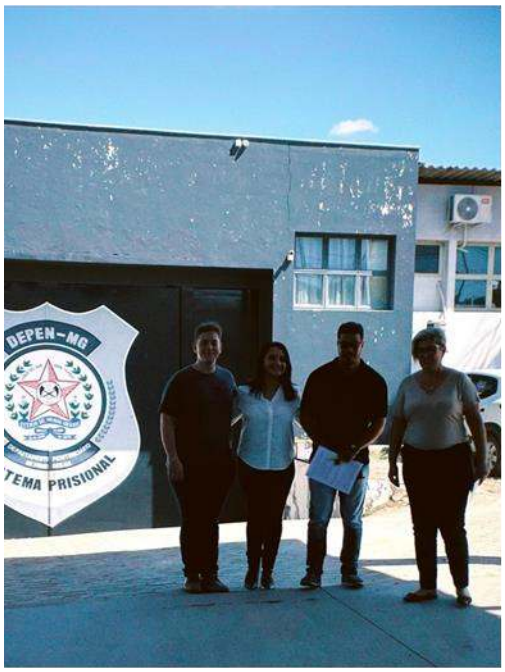
MASSON, Cleber. **Direito Penal:** Parte Geral - Vol. 1. 11. ed. São Paulo: Método, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001.

SENAPPEN - Secretaria Nacional de Políticas Penais. **14º ciclo de levantamento de informações penitenciárias**, 1º semestre de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/senappen/. Acesso em: 7 set. 2024.

ANEXO A-Fotografias









ANEXO B-Dados

MAIORES OBRAS	MAIORES AUTORES
"O Pequeno Príncipe" de Antoine de Saint-Exupéry	William Shakespeare
"Cem Anos de Solidão" de Gabriel García Márquez	Fiódor Dostoiévski
"1984" de George Orwell	Agatha christie
"O Senhor dos Anéis" de J.R.R. Tolkien	Paulo Coelho
"Dom Quixote" de Miguel de Cervantes	George Orwell
"Harry Potter e a Pedra Filosofal" de J.K. Rowling	Machado de Assis
"O Código Da Vinci" de Dan Brown	Clarice Lispector
"A Menina que Roubava Livros" de Markus Zusak	Jorge Amado
"Orgulho e Preconceito" de Jane Austen	Carlos Drummond de Andrade
"O Alquimista" de Paulo Coelho	Graciliano Ramos

LIVROS DE MAIOR QUANTIDADE		
TITULO	AUTOR	QUANTIDADE
O OURO DA LIBERDADE	HELENA MOURA	70
CASAMENTO NO DESERTO	EMMA DARCY	20
DOCE DESCOBERTA	HELEN BIANCHIN	17

TOTAL DE LIVROS
1456

OBRAS DIFERENTES
1187

AUTORES DIFERENTES
906